

Servidores marcam dias de luta contra PEC 32 que privatiza o serviço público

Avança na Câmara dos Deputados a tramitação da **Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32**, da reforma Administrativa, que retira direitos dos **servidores públicos**, privatiza os **serviços** prestados à população e ainda abre uma porta para a corrupção.

O relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), o mesmo que, em 2017, relatou a perversa reforma da Previdência, de Michel Temer (MDB-SP), que não foi aprovada na época por causa da luta da classe trabalhadora, **apresentou seu parecer**, favorável, é claro, a PEC 32, na última terça-feira (31/8).

E, como era de se esperar do deputado baiano, **o que estava ruim, piorou**, afirma o Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sérgio Ronaldo.

O **texto prevê a privatização do serviço público e retira diversos direitos dos servidores**. Por isso, a categoria marcou **manifestações para entre os dias 14 a 16 deste mês**, em Brasília, onde será realizado um grande ato, e outros nas bases dos deputados federais.

As datas das manifestações foram definidas porque nesses dias, o relatório da PEC receberá vistas da comissão especial da Câmara, para depois, em outra data a ser definida, ir à Plenária para votação.

Por se tratar de uma emenda constitucional, é preciso os votos de 308 deputados federais em dois turnos. Depois segue para o Senado onde também deverá ser votado em dois turnos com a obtenção de no mínimo 49 votos dos senadores.

O perigo da privatização do serviço público

O secretário-geral da Condsef alerta a população que o artigo 37 A da PEC prevê a privatização do serviço público ao autorizar a execução de um contrato de “cooperação” com a

iniciativa privada. Por meio deste contrato é possível a compra de próprios públicos e a terceirização do serviço.

“Se o ministério da Ciência e Tecnologia for extinto, por exemplo, seu prédio e tudo o que está dentro dele podem ser vendidos e pior, sua força de trabalho pode ser terceirizada. Isto é privatizar, vender o serviço público e quem vai pagar caro é a população, que corre o risco de ficar sem saúde, educação e outros serviços essenciais”, diz Sérgio Ronaldo.

Retirada de direitos dos servidores

O Secretário-Geral da Condsef desmente que o relator da PEC tenha mantido a estabilidade dos servidores. Segundo ele, o texto de Arthur Maia, permite o afastamento do servidor e ainda traz a redução de jornada e salários para dentro da Constituição.

“É lastimável que algo que Collor [ex-presidente da República] tentou, e foi derrotado pelo Supremo, que era disponibilizar o servidor público, retorna agora no governo Bolsonaro”, diz Sérgio Ronaldo.

O dirigente explica que a PEC prevê que o servidor cujo órgão e /ou função forem extintos será colocado em disponibilidade com salário reduzido até ser reaproveitado em outro cargo. O valor a ser pago ao servidor, enquanto ele espera uma nova vaga, será dividido pelo salário que ganhava e pelos anos de trabalho.

“Dependendo do tempo de trabalho, o servidor pode ir para casa esperar outra vaga, ganhando menos do que o salário mínimo. Isto é ilegal e inconstitucional”, alerta.

O requisito de avaliação de desempenho é outro ponto questionado pelo dirigente da Condsef, já que interfere na plenitude da estabilidade do servidor.

Pelo texto do relatório, para ter estabilidade o futuro servidor terá

de passar por seis avaliações semestrais e não uma única vez a cada três anos como queria o governo.

Os novos servidores também podem ser demitidos em caso de avaliação de desempenho insuficiente, que contará, inclusive, com a opinião do usuário do serviço público.

O resultado poderá ser usado para fins de perda de cargo estável, em decorrência de resultado insatisfatório, ou se satisfatório, de promoção ou progressão na carreira, de nomeação para cargos em comissão e de designação para funções de confiança. As condições para perda do cargo ainda serão regulamentadas por lei.

“As inverdades que o relator vinha falando na imprensa não se confirmaram. O texto da PEC tira a estabilidade do servidor ao possibilitar a sua demissão”, diz

O relator ainda manteve o texto da proposta original que anula a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra a demissão de trabalhadores de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas e sociedades por meio de negociação, coletiva ou individual, ou de ato normativo que não seja aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada.

Porta para a corrupção

Os municípios, os estados e a União podem ter mais de um milhão de cargos para livre nomeação, se a PEC nº 32 for aprovada pelo Congresso Nacional, segundo nota técnica da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado. E você pode mandar seu recado de qualquer lugar pelo WhatsApp, e-mail ou telefone.

Participe da luta e pressione os parlamentares para que votem NÃO à reforma Administrativa (PEC) nº 32.

Matéria completa em www.cut.org.br

***Com informações da Agência Câmara**

***Edição: Marize Muniz**



Relator da PEC 32 mantém desmonte dos serviços públicos

Um dos maiores aliados do governo Bolsonaro no Congresso Nacional, o relator da reforma Administrativa (PEC-32), Arthur Maia (DEM/BA), leu o seu parecer na comissão especial que debate a medida nessa quarta-feira (01/09). E, como não poderia deixar de ser, não houve nenhuma mudança substancial na essência da proposta enviada pelo Governo Bolsonaro.

Na verdade, o relator apresentou um parecer que dá uma maquiada na PEC-32 para passar a ideia de que a proposta não irá mais retirar a estabilidade dos servidores. Ao mesmo tempo em que o texto fala em manter a estabilidade, ele permite a demissão de servidores estáveis que exercem funções consideradas desnecessárias ou obsoletas. Ou seja, caso o governo decida demitir um grupo de servidores, no futuro, basta decretar que a sua função é desnecessária. Sem falar que tem diversos servidores da ativa, em funções já extintas, exercendo outras tarefas.

Além disso, a PEC prevê a perda da estabilidade por conta de resultados considerados insatisfatórios na avaliação de desempenho do trabalhador. No entanto, os critérios que irão nortear a perda dos cargos ainda seriam regulamentados depois da promulgação da PEC, caso a medida seja aprovada.

“Essa é uma verdadeira pegadinha que tem como objetivo enganar a todos nós. O parecer afirma que a PEC irá garantir a estabilidade, mas, ao mesmo tempo, trata da demissão dos servidores no caso de sua função se tornar obsoleta. Também fala da avaliação de desempenho sem citar os critérios que serão adotados. Demissão por resultados insatisfatórios na avaliação de desempenho já existe. O que eles querem? Dificultar mais ainda a vida dos servidores colocando critérios impossíveis de serem atingidos?”, comentou o coordenador-geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.

A remuneração dos servidores também pode ser reduzida proporcionalmente à jornada de trabalho em até 25%.

Para além disso, há no relatório uma previsão de dez anos para a contratação temporária de trabalhadores que irão substituir os servidores concursados. O que seria um período muito longo sem concurso público para as funções que esses terceirizados assumirão, caso a medida seja aprovada. “Importante destacarmos que esses terceirizados serão indicados pelos políticos aliados do governo e estarão sujeitos a demissão. Ou seja, terão que fechar os olhos para qualquer tipo de corrupção que for praticada dentro do serviço público”, comentou José Carlos.

O Sindsep-PE, assim como todo o movimento sindical brasileiro, é contrário à aprovação da PEC-32, independente das mudanças que sejam feitas. “Nosso objetivo é derrubar a PEC na sua íntegra. Isso porque já estamos sendo massacrados desde o golpe de 2016 com cortes de investimentos em infraestrutura pública, em políticas públicas, sem reajuste salarial e sofrendo desrespeito e ameaças por parte de integrantes deste governo. A nossa luta é para derrubar o desmonte dos serviços públicos”, comentou o secretário-geral do Sindsep-PE, José Felipe Pereira.

O relatório de Arthur Maia mantém o elemento crucial, o objetivo central da PEC-32, que é o desmonte dos serviços públicos gratuitos e de qualidade e o repasse de suas funções para a iniciativa privada. Após a leitura do relatório, o ponto mais atacado pelos deputados da oposição, todos de partidos de esquerda, foi a permissão para a celebração de convênios de cooperação entre a administração pública e a iniciativa privada. A ideia é a de que os empregados possam prestar serviços públicos, inclusive com o compartilhamento da estrutura física e de pessoal.

Sindsep-PE